

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.023

INTERFACE ENSINO E COMUNIDADE: PROMOÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MONICA AUGUSTA MOMBELLI

Doutora em Saúde Pública pela USP e Professora do Curso de Medicina da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, psicmonicamombelli@gmail.com

NANDRA MARTINS SOARES

Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC e doutoranda do Programa em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, nandrasoares@yahoo.com.br

ROSANE MARLIZE HERTHER

Pedagoga e acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC, rosaneherther01@gmail.com

RESUMO

No cotidiano familiar e social é possível deparar-se com pessoas que apresentam habilidades e dificuldades, pessoais, motoras, cognitivas e interpessoais. Ademais, podem apresentar deficiências físicas ou não. Diante disso, a deficiência, independente de gênero, classe social e faixa etária não deve ser entendida unicamente como um problema individual, mas adicionalmente, é uma questão da vida em sociedade, o que converge a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prover e ajustar-se à diversidade, a exemplo do contexto escolar e laboral. Com base nisso e a partir da implementação da curricularização da extensão no Ensino Superior, este trabalho tem por objetivo descrever as ações realizadas na comunidade por acadêmicos do Curso de Psicologia, na disciplina de Práticas de Curricularização II, sobre a pessoa com deficiência (PCD). As ações foram realizadas em diversos locais do município de Foz do Iguaçu-PR e região, sob a supervisão docente da Instituição de Ensino, e abordaram várias temáticas relacionadas à PCD. As atividades foram apresentadas à comunidade por meio de palestras, de

cunho crítico-reflexivo, em escolas da rede municipal e privada, bem como no Centro de Atenção em Assistência Social. Também foram distribuídos panfletos, além de uma blitz em locais públicos e turísticos. Constatou-se que muitas pessoas apresentam uma concepção estereotipada, falta de informações, receio e medo no manejo com a PCD. Além disso, as ações possibilitaram reflexões sobre a deficiência não ser entendida como sinônimo de doença, pois é um fenômeno social com maior ou menor incidência dada as condições de vida de uma sociedade, da forma de organização, da atuação do Estado, do respeito aos direitos humanos e dos bens e serviços disponíveis para a população.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão. Promoção da Saúde. Deficiência.

INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2018, a inclusão obrigatória da extensão no currículo acadêmico do Ensino Superior brasileiro, foi estabelecida por meio da Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, com o objetivo de fomentar a colaboração entre as instituições educacionais e a comunidade, visando a aplicação do conhecimento, cultura e comunicação. Nesse sentido, o curso de Psicologia do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC – Vila A de Foz do Iguaçu/PR, visando atender a legislação e, consolidar a interface teórico-prática, revisou a matriz curricular do curso e, no segundo semestre letivo do ano de 2020, assume a curricularização da extensão como prática obrigatória, ofertada desde o primeiro até o décimo período do curso em formato de disciplina, a qual recebe o nome de Práticas de Curricularização da Extensão, com carga horária semestral de 40 horas.

No que tange a organização semestral da disciplina, esta apresenta um plano de ensino que completa semestralmente temáticas distintas, a saber: PCD, saúde mental, gerontologia; as quais são desenvolvidas pelos docentes e discentes e aplicadas na comunidade de modo crítico-reflexivo. Salienta-se, que a extensão universitária desempenha um papel pedagógico crucial na formação acadêmica dos estudantes, uma vez que possibilita o aprimoramento de sua cidadania e concomitantemente contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais (Coelho, 2014; Marinho *et. al.*, 2019; Santos; Rocha; Passaglio, 2016). De modo complementar, destaca-se que, essa prática atua fundamentalmente na promoção do crescimento da responsabilidade social (Ribeiro, 2011) e, visa a qualidade de vida de indivíduos, grupos e populações.

Com base nisso, esse trabalho tem como objetivo relatar as ações extensionistas desenvolvidas, na disciplina de Práticas da Curricularização II, que na oportunidade contemplou a temática referente à inclusão da PCD. Visando a proposta da conscientização em espaços sociais, por meio de uma abordagem crítica-reflexiva, foram realizadas palestras, rodas de conversa, blitz, dentre outras.

Todas as ações, planejadas coletivamente e com respaldo na literatura, almejam desconstruir o olhar estereotipado acerca da deficiência, foram direcionadas pelo questionamento: *Seria um corpo com lesão o que limitaria a participação social ou seriam os contextos poucos sensíveis à diversidade o que segregaria o deficiente?* e, visavam considerar o aspecto social e não unicamente o biológico.

A Lei nº 13.146/2015 referente à Inclusão da Pessoa com Deficiência, “destinada assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p. 8), considera pessoa com deficiência, “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 8-9).

A Lei mencionada descreve que a pessoa com deficiência deve ter acesso igualitário a todos os mecanismos disponíveis na sociedade, caso contrário, isso se torna uma barreira, que consiste em “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação [...]” (Brasil, 2015, p. 10). Essas barreiras podem ser classificadas como:

- a. **barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b. **barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c. **barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d. **barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e. **barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f. **barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015, p. 10, grifo dos autores).

Mesmo diante da previsão legislativa, a sociedade não está preparada para oferecer à pessoa com deficiência (PCD) acesso a todos os serviços, bens, e condições para uma vida plena. Ou seja, há muitas barreiras que cotidianamente esses sujeitos enfrentam. Partindo desta realidade, entende-se que a sociedade produz a deficiência, mais do que as limitações estruturais e biológicas. Para Vigotski (2007) não se adquire a humanidade desde o nascimento, mas a desenvolve-se

no complexo contexto das relações interpessoais e nas dimensões que moldam a realidade histórico-cultural da sociedade. O processo de desenvolvimento é uma entidade dinâmica e intrincada, na qual os componentes interagem entre si e com o contexto geral, influenciados tanto pela herança genética quanto pelo ambiente em que está inserido, “o homem é um sistema único” (Vigotski, 2018, p. 93), influenciado pela cultura e pelo simbolismo, e o processo de seu desenvolvimento, seja ele considerado típico ou atípico, pressupõe uma formação inovadora.

Segundo Vigotski (2012) quando se trata do desenvolvimento de indivíduos com divergências biológicas, é evidente que variações podem ocorrer. Entretanto, é importante salientar que uma diferença orgânica por si só não confere a alguém uma condição de deficiência. Entende-se que, a deficiência está intrinsecamente ligada a determinantes sociais, uma vez que um sujeito só se percebe como deficiente em um contexto social específico. A maneira como ele interage com o mundo, tanto nas relações humanas quanto não humanas, revela sua singularidade e a consequente falta de conformidade com sua posição na sociedade. A influência da limitação orgânica não é direta, mas indireta, manifestando-se nas reações e na marginalização de um grupo social. Como exemplo oposto à narrativa predominante, o autor menciona a cegueira em sociedades que não a estigmatizam. A ausência da visão física é vista como uma dádiva espiritual, conferindo aos indivíduos que a possuem um status social elevado. Portanto, somente em determinados contextos é que as singularidades podem ser transformadas em deficiências.

Ainda, a título de exemplo deste pressuposto sobre a deficiência, considera-se a limitação biológica do ser humano de não poder voar. A evolução filogenética não foi dotada de asas, mas essa falta não inferioriza a espécie, pois a necessidade de explorar os céus foi atendida pela capacidade humana de criar instrumentos. Então, como mencionado anteriormente, os homens não são restritos pela natureza; eles podem modificá-la, desenvolvendo formas criativas de adaptação e superação e incorporando-as em instrumentos, para uma vivência livre de impedimentos. Assim, alcançou-se a Lua!

Quando a PCD defronta-se com barreiras para o seu pleno desenvolvimento, a deficiência se constrói, em um âmbito excludente e limitador. E nesta perspectiva, a responsabilidade pela deficiência volta-se totalmente para o indivíduo, como o único capaz de superar as limitações, e assim a busca incessante pelo ajustamento se torna a força motriz da PCD. Se houvesse vias e construções completamente adaptadas; transportes em condições de dar autonomia de ir e vir; equipamentos

com tecnologia assistiva disponíveis (ex. braille, sonorização, etc); promoção e psicoeducação efetiva desde a escola infantil acerca da discriminação, preconceito, respeito do “diferente”, a tão sonhada “inclusão” aconteceria de fato, e a “deficiência” se tornaria mais uma característica como tantas outras que transpassam o ser humano.

Entretanto, há vários fatores envolvidos na percepção hegemônica de deficiência, de acordo com Diniz (2012) o capitalismo obtém vantagens com a segregação social das pessoas com deficiência, sobretudo aquelas em situações mais vulneráveis. Para isso, esse sistema se apoia no modelo médico que estabelece uma normatividade baseada nas estatísticas do corpo considerado ideal para a produtividade, o que resulta na exclusão e separação de corpos que não se encaixam nesse padrão produtivo. Uma proposta para combater essa ideologia, foi o modelo social da deficiência (inclusão da PCD por cotas, número de funcionários em empresas, etc), que na verdade envolve a implementação de uma nova divisão de trabalho, garantindo o acesso a vagas estipuladas, sugerindo que alguns são mais ou menos deficientes e capazes, e cada vez mais esse modelo vem agregando “patologias”, como o autismo, colocando a opressão e a falta de condições socialmente oferecidas como elo de ligação do grupo.

Para, além disso, há o interesse farmacêutico como pano de fundo na manutenção de doenças, atrelando a definição de deficiência à lesão, de maior ou menor nível, regulamentada pelo tratamento. Isso demonstra que não se deve explicar o fenômeno da deficiência pela esfera natural ou individual, mas pelo contexto socioeconômico no qual as PCDs vivem.

Uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em parceria com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023) estimou que a população com deficiência no Brasil é de 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população. Os dados também revelam que as PCDs tem menor inserção no mercado de trabalho e nas escolas, resultando em maiores dificuldades no acesso à renda. Conforme a pesquisa, a taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiência atingiu 19,5%, em contraste com a taxa de 4,1% para as pessoas sem deficiência. Além disso, a maioria das pessoas com 25 anos ou mais e com deficiência não concluiu a educação básica. Referente ao mercado de trabalho, apenas 26,6% das pessoas com deficiência conseguem encontrar oportunidades de emprego, em comparação com uma taxa de ocupação de 60,7% para o restante

da população. No entanto, cerca de 55% das PCDs empregadas trabalham informalmente, o que reflete no rendimento, com média em torno de R\$ 1.860, e quando comparada à população sem deficiência, a média da renda aumenta para R\$ 2.690, o que representa uma diferença de 30% (Brasil, 2023).

Com base nestes dados, questiona-se, onde estão essas pessoas? Porque não frequentam a escola? Por que a minoria trabalha? Será por opção, ou porque não encontram o suporte necessário para terem condições de desfrutar de uma vida como a maioria das pessoas? Desse modo, dar visibilidade a PCD a partir de informações e discussões acerca da temática é de suma importância, visto que não se pode compactuar com a desigualdade e a obscuridade deste grupo.

METODOLOGIA

As ações extensionistas foram realizadas no segundo semestre letivo de 2021. Participaram 35 alunos, os quais foram divididos em Grupos de Trabalho (GT) para a realização das atividades. O Quadro 1 descreve o percurso metodológico que subsidiou a condução teórica e prática da disciplina de Práticas de Curricularização da Extensão II, de modo a contemplar a formação dos acadêmicos sobre a temática, a preparação das ações, a aplicação, e a avaliação de todo o processo.

Quadro 1 – Percurso metodológico das ações extensionistas

ETAPA	ATIVIDADES
Etapa 1: Imersão sobre o tema	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação do tema "PCD e a deficiência social";- Leitura de artigos, livros e cartilhas;- Estudo da legislação pertinente ao tema, com destaque a Lei no 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);- Pesquisas sobre a PCD e a atuação do psicólogo com esse público;- Rodas de conversa e apresentação de seminários acerca do tema.
Etapa 2: Preparação das ações	<ul style="list-style-type: none">- Formação dos Grupos de Trabalho (GT);- Definição dos locais das ações e confecção de uma carta de apresentação sobre o Projeto.- Visita aos locais e apresentação do projeto*;- Conversa sobre os temas e levantamento das principais demandas*;

ETAPA	ATIVIDADES
Etapa 3: Aplicação das ações	<ul style="list-style-type: none"> - GT 1: Oficina <i>"Vivendo a deficiência: acessibilidade para pessoas com baixa visão, cegos e com surdez"</i> com alunos do ensino fundamental de uma escola pública. - GT 2: Palestra <i>"As interfaces da Deficiência: uma psicoeducação"</i> com alunos do ensino fundamental e médio de uma escola privada. - GT 3: Blitz <i>"Deficiente ou Eficiente? Pare e reflita"</i> em locais públicos da cidade de Foz do Iguaçu-PR. - GT 4: Oficina <i>"Você sabia? Direitos da Pessoa com deficiência"</i> com usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. - GT 5: Palestra <i>"A empatia como melhor antídoto para o preconceito"</i> com adolescentes de uma escola estadual.
Etapa 4: Avaliação das ações	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço livre ao final das palestras e oficinas para feedback dos participantes; - Questionário de Avaliação sobre o tema trabalhado, com as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> a) <i>O que a atividade lhe fez pensar ou refletir?</i> b) <i>Quais as mudanças no seu entendimento acerca da deficiência após a atividade?</i> c) <i>Como você percebe a PCD após a atividade?</i>

*As ações que não foram desenvolvidas em instituições, não realizaram essas atividades.

Fonte: Autores (2023)

Cada GT foi composto por sete acadêmicos do curso de psicologia sob a supervisão da docente da disciplina. As etapas apresentadas no Quadro 1 foram executadas no período de agosto a novembro de 2021. Neste período ainda estava instaurada a pandemia do Covid – 19, então todos os cuidados necessários foram mantidos na execução das ações, como o uso de máscara, o distanciamento social e não houve compartilhamento de objetos durante as atividades.

Os GTs organizaram as ações considerando o público alvo de cada atividade, então utilizou-se ferramentas lúdicas, de vivência, slides expositivos, panfletagem em locais públicos com linguagem clara e compreensiva a todas as pessoas. Salienta-se que, alguns locais não autorizaram o uso da imagem dos participantes, então apresentar-se-á apenas registros dos promotores das ações.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Com base nas etapas 3 e 4 foram estruturados as experiências resultantes das ações, as quais serão apresentadas a partir de fotos das atividades e análise das avaliações.

OFICINA “VIVENDO A DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO, CEGOS E COM SURDEZ”

Esta ação foi desenvolvida com alunos de oito e nove anos, matriculadas no 3º ano do ensino fundamental I, de uma instituição pública do município de Itaipulândia- PR. Durante o levantamento da demanda, foi relatado que os alunos estavam estudando conteúdos referentes “a propagação da luz e do som” e “a estrutura do olho e da orelha humana”, conseqüentemente solicitou-se para realizar oficinas relacionadas à deficiência visual e auditiva. Houve três encontros com duração de uma hora cada.

No primeiro encontro com a temática “acessibilidade”, os alunos foram conduzidos para algumas reflexões: por que algumas pessoas podem nascer com ou ter perdas visuais e/ou auditivas ao longo de suas vidas? Se a pessoa é cega, como ela aprende? Irá conseguir ler e escrever não podendo enxergar? Como fazem para se locomoverem de um lugar para outro? E o surdo, consegue se comunicar? Como é a comunicação dele? Será que eles aprendem como nós? A partir das respostas elencou-se explicações sobre o que é baixa visão e o manuseio de lupas e óculos para os alunos entenderem a importância dos auxílios ópticos para o desenvolvimento da pessoa com baixa visão. Também foi orientado acerca do aumento do contraste das letras na atividade escrita, avaliação, exposição de cartazes da sala de aula, uso de imagens em atividades, tipo de letra e de papel, etc.

O segundo encontro versou sobre a cegueira, e os alunos tiveram a oportunidade de manusear livros e revistas com transcrição em Braille, conheceram e manipularam o uso da reglete e da punção, os quais são utilizados para a escrita manual e, com a ajuda de vídeos e imagens conheceram várias tecnologias assistivas para a deficiência visual. Também vivenciaram como é para o cego andar nas ruas, com bengala e tapete tátil.

Figura 1 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

No terceiro encontro foi abordada a surdez, conceituando-a e mostrando as formas que podem ser utilizadas para oferecer suporte as pessoas com deficiência auditiva. Foi mostrado e praticado com os alunos formas de comunicação visual, como a língua de sinais, LIBRAS.

Figura 2 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Os alunos trouxeram *feedbacks* significativos sobre a percepção da deficiência, além de demonstrarem empolgação e uma nova perspectiva sobre a PCD, e principalmente a importância de promover um ambiente inclusivo e que abranja todas as pessoas típicas e atípicas.

PALESTRA “AS INTERFACES DA DEFICIÊNCIA: UMA PSICOEDUCAÇÃO”

A palestra foi desenvolvida com alunos do ensino fundamental de uma escola privada e ensino médio de uma escola pública. Realizou-se um encontro com cada turma, e durante a atividade foram abordados assuntos relacionados à deficiência como algo construído socialmente, a partir de recursos expositivos e rodadas de curiosidades acerca da PCD, intitulada “MITO” ou “REALIDADE”. Nesta atividade os alunos deveriam manifestar qual a sua escolha referente às frases apresentadas, levantando uma placa verde para REALIDADE e vermelha para MITO. Ex.: “*É obrigatório por Lei que tenha vagas exclusivas destinadas para as Pessoas com Deficiência*” REALIDADE

“Todas as Pessoas com Deficiência já nasceram deficientes” MITO

“Braille é a língua utilizada pelas pessoas que possuem deficiência auditiva” MITO

Figura 3 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Houve uma avaliação bastante positiva da atividade, com relatos como: “*Não imaginava que as PCDs têm tantas dificuldades*”; “*Nunca havia me colocado no lugar da PCD*”; “*É necessário que a sociedade ofereça as condições para a PCD*”

ter um desenvolvimento pleno”; “Eles devem se sentir excluídos”; “Irei observar se as vias públicas estão adaptadas para eles de agora em diante”; “Quando eu ver alguém ocupando uma vaga de estacionamento para PCD e que não tenha direito, eu irei denunciar”. Ademais, na perspectiva discente foi possível perceber que a ação promoveu reflexões e mudanças de atitudes, e com isso destaca-se a importância de desenvolver psicoeducações, principalmente com jovens e crianças que estão estruturando sua personalidade.

BLITZ “DEFICIENTE OU EFICIENTE?PARE E REFLITA”

A blitz foi realizada em espaços públicos estratégicos da cidade de Foz do Iguaçu, visto que, trata-se de um local com grande volume de pessoas, principalmente por ser um destino turístico. Os materiais utilizados durante a Blitz foram faixas, panfletos, camisetas temáticas, dentre outras, com exposição de conteúdos relacionadas a deficiência, retratando que a forma como a sociedade percebe as pessoas atípicas, deixam-as mais ou menos deficientes. Então o lema “Deficiente é Eficiente” traz esta conotação, será que a pessoa é deficiente ou eficiente em sobreviver numa sociedade que oferece o mínimo de condições para o seu desenvolvimento.

As atividades foram realizadas no Terminal de ônibus Interurbano de Foz do Iguaçu; na Aduana entre Brasil e Paraguai; no Marco das Três Fronteiras (local que une as fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina); e no Parque Gramadão da Vila A.

Figura 4 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Figura 5 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Figura 6 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Os diferentes públicos foram abordados durante a Blitz, idosos, jovens, adultos, estrangeiros, etc. E houve um conteúdo que ecoou em diversas falas *“nunca tinha olhado a deficiência por esse lado”*, quando era explanado que a deficiência não é simplesmente orgânica, mas uma produção social, e que os seres humanos constroem-se e reconstroem-se a partir das relações estabelecidas com o meio,

independente de ter ou não alguma limitação biológica. Ou seja, a deficiência é produto do coletivo e não do individual.

OFICINA “VOCÊ SABIA? DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”

Para esta ação foi estruturada uma espécie de banca no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com várias curiosidades sobre as PCDs, e os usuários que frequentavam o local eram convidados a participar da enquete. Para tanto, balões com frases em seu interior eram estourados pelo participante, e a partir da questão anunciada, uma conversa sobre o tema era estabelecida. Exemplos de frases que constavam nos balões:

“Você sabia que a deficiência não impede a capacidade civil da pessoa, inclusive para: casar-se e constituir união estável?”

“Você sabia que é garantido por lei o atendimento psicológico, para os familiares e atendentes pessoais das pessoas com deficiência?”

“Você sabia que a pessoa com deficiência tem direito de receber atendimento prioritário no recebimento da restituição do imposto de renda?”

Figura 7 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Nesta atividade, de acordo com os acadêmicos, algo que chamou a atenção, foi que muitos usuários do CRAS eram PCDs, e nem mesmo eles sabiam de alguns direitos e, além disso, também apresentavam uma visão estereotipada sobre a deficiência, como sinônimo de incapacidade, de limitação, e até inutilidade. Muitos relataram ter abandonado a escola e viverem de “bicos” até hoje por não conseguirem uma vaga de emprego, deixando explícito nas falas questões relacionadas ao preconceito e à falta de suporte vivenciadas em vários contextos: *“desisti da escola, porque sou cego, e não conseguia aprender”*; *“já participei de algumas seleções para vagas de PCD, mas sempre ouvi que eu não tinha o perfil, pois tenho deficiência intelectual, e a maioria das vagas eram para surdos e cadeirantes”*; *“o único lugar que venho é aqui no CRAS porque é perto da minha casa, em outros lugares, é muito difícil de andar”* (deficiência visual). As falas demonstram o quanto a PDC é estigmatizada e excluída da sociedade, mesmo com legislação e a implantação de algumas tecnologias assistivas, ainda é insuficiente. Percebeu-se que mesmo no rol das deficiências há discriminação, quando apontado que a PCD não tem o perfil por apresentar uma limitação cognitiva, que, aliás, carece de oportunidades de trabalho, visto que a maioria das empresas preferem deficientes auditivos e físicos para preencherem as cotas estabelecidas por lei.

Entretanto quando questionados acerca das reflexões que a atividade promoveu, as respostas foram positivas e satisfatórias, visto que a maioria adquiriu conhecimento sobre alguns direitos, e pensamentos pejorativos sobre a deficiência foram desconstruídos. Notou-se que principalmente as PCDs que participaram da atividade ficaram mais empolgadas e motivadas a procurarem os suportes que lhes são garantidos legalmente.

PALESTRA “A EMPATIA COMO MELHOR ANTÍDOTO PARA O PRECONCEITO”

A última ação extensionista foi desenvolvida com adolescentes e professores de uma escola estadual paranaense. Foi trabalhado acerca da empatia com o “diferente” e o quanto isso está relacionado com o preconceito e a discriminação. Utilizou-se de uma vivência sobre a cegueira, na qual todos estavam com os olhos vendados e deveriam realizar uma atividade conforme as instruções dadas. Então alunos e professores foram divididos em grupos e cada equipe deveria fazer o solicitado, que poderia ser: fazer um desenho, realizar uma ação cotidiana, como ir

até um lugar, pegar um transporte, etc.. sem a ajuda de ninguém, apenas de uma bengala.

Durante a atividade surgiram falas como, *“isso é muito difícil; “acabou o tapete tátil, e agora?”; “como os cegos andam nessas calçadas”; “como vou saber qual ônibus está vindo”; “não tem braille para guiar o desenho, e agora?”* Essas situações demonstram o quanto a acessibilidade é precária, mesmo sendo apenas uma vivência, foi o suficiente para que os adolescentes e professores se colocassem no lugar das PCDs e sentissem minimamente o que elas enfrentam no seu dia-a-dia.

Figura 8 – Fotos da atividade



Fonte: Autores (2023)

Em todas as atividades realizadas foi possível constatar que as ações extensionistas alcançaram o objetivo de desconstruir a percepção hegemônica acerca da deficiência, e provocar reflexões e *insights* promissores. Entretanto também percebeu-se que mesmo após anos de luta acerca da deficiência, a qual historicamente passou por um longo período de exclusão na sociedade, ainda permanece estereotipada e patologizada. E nesse sentido é necessário entender que o desenvolvimento da pessoa com deficiência se dá igualmente para as demais pessoas, independente da limitação que possuem. Deste modo, o foco não pode continuar sendo na lesão, mas valorizar as potencialidades, os mecanismos ou processos substitutivos que cada um apresenta (Vigotski, 2012).

A deficiência é predominantemente uma construção social, em contraste com suas bases biológicas. Portanto, qualquer indivíduo com deficiência,

independentemente de sua natureza ou grau de comprometimento, deve ter a oportunidade de se envolver plenamente no domínio público da sociedade. Isso inclui não apenas a incorporação dos valores e conhecimentos do convívio diário, mas também a assimilação de conhecimentos científicos. Essa integração se torna possível quando se reconhecem e valorizam as habilidades e potenciais individuais da pessoa com deficiência (Adams, 2018; 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, no que tange, a curricularização da extensão no ensino superior, entende-se que essa, é um processo que envolve a integração das atividades de extensionistas no currículo acadêmico, ou seja, tornando-as parte das atribuições de ensino e aprendizagem dos estudantes. Isso pode ser feito de várias maneiras, como a criação de disciplinas, a inclusão de estágios e projetos de extensão como componentes curriculares, entre outros. Especificamente, no caso relatado, o curso optou pela inserção da curricularização como disciplina e, até o momento a decisão tem apresentado êxito. Ademais, todas as atividades são planejadas inicialmente pelos docentes do curso, no intuito de contemplar as demandas sociais e, ao mesmo tempo, vincular-se ao conhecimento adquirido pelo acadêmico em sua formação.

É necessário descrever que, a importância desse processo é multifacetada e impacta positivamente diversos aspectos do ensino superior. Sendo assim, vale salientar algumas das razões pelas quais a curricularização da extensão é relevante:

- a) Formação cidadã: promove a formação cidadã dos estudantes, conscientizando-os sobre questões sociais, políticas e culturais. Ao incluir a extensão no currículo, os estudantes têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos acadêmicos para resolver problemas do mundo real e desenvolver habilidades de cidadania ativa.
- b) Integração teoria-prática: ajuda a integrar a teoria com a prática, permitindo que os estudantes apliquem o conhecimento adquirido em sala de aula em situações reais. Isso torna o aprendizado mais significativo e contextualizado.
- c) Desenvolvimento de competências: a participação em atividades de extensão proporciona o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de comunicação, pensamento crítico, resolução de problemas e liderança, que são essenciais para a vida profissional, e contempla as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Psicologia.
- d) Envolvimento da comunidade: a curricularização da extensão fortalece a relação

entre a instituição de ensino superior e a comunidade local, permitindo que a universidade atenda às necessidades da sociedade por meio de projetos e serviços. d) Enriquecimento curricular: amplia-se a gama de experiências de aprendizado dos estudantes, enriquecendo seu percurso acadêmico e contribuindo para uma formação mais completa. E, por fim, f) Valorização da extensão: reconhece a importância da extensão como uma das missões da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Isso contribui para o reconhecimento da extensão como uma atividade acadêmica legítima e valiosa.

Ainda, refletindo sobre o desenvolvimento das atividades por acadêmicos de psicologia, entende-se que ações de conscientização sobre PCDs é benéfico tanto para as pessoas com deficiência quanto para os próprios alunos, pois contribui para uma sociedade mais inclusiva, forma profissionais sensíveis e preparados, e promove a responsabilidade social das instituições de ensino. E, portanto, convergindo a análise aos relatos vale sensibilizar leitores, docentes e discentes para o desenvolvimento de ações que contemplem a temática PCDs.

Por fim, o incentivo ao desenvolvimento de atividades vinculadas a curricularização da extensão no ensino superior, é fundamental para enriquecer a formação dos estudantes, promover o compromisso com a sociedade, fortalecer a relação entre a universidade e a comunidade e desenvolver habilidades essenciais. E assim, contribuir para uma educação mais holística, com formação ética, respaldadas nos princípios da ciência.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W.; NEVES, P. F. A. C.; SILVA, B. R. Pensar a deficiência a partir das contribuições da abordagem histórico-cultural: o direito a educação especial. In: SILVA, A. A.; KUNZ, S. A. S (Ogs.) **Direitos Humanos e Educação**. Uberlândia: Culturatrix, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pesquisa divulgou dados inéditos sobre as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc#:~:text=Brasil%20tem%2018%2C6%20milh%C3%B5es,Direitos%20Humanos%20e%20da%20Cidadania> Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/62611-resolucoes-cne-ces-2018#:~:text=nResolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCES%20n%C2%BA%207,2024%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 09 out. 2023.

COELHO, G. C. O. Papel Pedagógico Da Extensão Universitária. **Em Extensão**, v. 13, n. 2, p.11–24, 2014.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

MARINHO, C. M. et al. Por que ainda falar e buscar fazer extensão universitária? **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 7, n. 1, p. 121–140, 2019.

RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**, v. 15, n. 1, p. 81–88, 2011.

SANTOS, J. H. S. et al. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23–28, 2016.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V: fundamentos de defectología.** Madri: Machado grupo de distribución, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamiento y habla.** Benos Aires: Colihue, 2007.

VIGOTSKI, L. S. Sete aulas de L. S. **Vigotski sobre os fundamentos da pedologia.** Rio de Janeiro: E-papers, 2018.